

## **HISTÓRIA E MEMÓRIA: CONCEITOS, PERSPECTIVAS E CONTRAPONTOS**

## **HISTORY AND MEMORY: CONCEPTS, PERSPECTIVES AND COUNTERPOINTS**

## **HISTORIA Y MEMORIA: CONCEPTOS, PERSPECTIVAS Y CONTRAPUNTOS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-138>

**Data de submissão:** 15/09/2025

**Data de publicação:** 15/10/2025

**Edivânia Maria de Jesus Silva Sousa**

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Instituição: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)

E-mail: vaniatgad@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9177573996851641>

**André Luiz da Motta Silva**

Doutor em Educação

Instituição: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)

E-mail: andre.silva@ifms.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5228-4066>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3249720699680076>

### **RESUMO**

Este artigo realiza uma revisão bibliográfica acerca da complexa e intrínseca relação existente entre história e memória, e potenciais relações com a formação da identidade. Com objetivo de analisar e compreender como esses conceitos fundamentais se configuram como pilares da experiência humana e da construção do conhecimento sobre o passado, realizou-se pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, exploratória-descritiva. Autores clássicos e contemporâneos são explorados, sob perspectiva histórico-filosófica, buscando convergências e divergências em seus pontos de vista. Compreende-se, por meio dos resultados, história e memória como construções dinâmicas e interdependentes, ativamente influenciadas por intenções, conflitos e pelo presente, e não meros registros passivos do passado. O estudo considera a dinâmica entre história e memória fundamental para preservar o patrimônio cultural e construir identidades; todavia, ressalta-se a exigência de um olhar crítico sobre as narrativas do passado.

**Palavras-chave:** História. Memória. Identidade. Revisão Bibliográfica.

### **ABSTRACT**

This article conducts a literature review on the complex and intrinsic relationship between history and memory, and their potential links to the formation of identity. With the objective of analyzing and understanding how these fundamental concepts act as pillars of human experience and the construction of knowledge about the past, a qualitative, exploratory-descriptive bibliographic research was carried out. Classic and contemporary authors are explored from a historical-philosophical perspective, seeking convergences and divergences in their viewpoints. The results show that history and memory are dynamic and interdependent constructions, actively influenced by intentions, conflicts, and the present, rather than being mere passive records of the past. The study considers the dynamic between history and memory to be fundamental for preserving cultural heritage and building identities; however, it emphasizes the need for a critical perspective on narratives of the past.

**Keywords:** History. Memory. Identity. Literature Review.

## RESUMEN

Este artículo realiza una revisión bibliográfica sobre la compleja e intrínseca relación entre la historia y la memoria, y sus posibles vínculos con la formación de la identidad. Con el objetivo de analizar y comprender cómo estos conceptos fundamentales se configuran como pilares de la experiencia humana y la construcción del conocimiento sobre el pasado, se realizó una investigación bibliográfica cualitativa, exploratoria-descriptiva. Se exploran autores clásicos y contemporáneos desde una perspectiva histórico-filosófica, buscando convergencias y divergencias en sus puntos de vista. Los resultados demuestran que la historia y la memoria son construcciones dinámicas e interdependientes, influenciadas activamente por las intenciones, los conflictos y el presente, más que meros registros pasivos del pasado. El estudio considera la dinámica entre la historia y la memoria fundamental para la preservación del patrimonio cultural y la construcción de identidades; sin embargo, enfatiza la necesidad de una mirada crítica a las narrativas del pasado.

**Palabras clave:** Historia. Memoria. Identidad. Revisión Bibliográfica.

## 1 INTRODUÇÃO

A complexa e intrínseca relação entre história e memória tem sido um campo fértil para o estudo e o debate acadêmico, delineando diferentes perspectivas teóricas que buscam desvendar como esses conceitos se entrelaçam e se distinguem. O fato é que ambos se instituem como pilares fundamentais para a compreensão da experiência humana e da forma como o conhecimento sobre o passado é edificado.

Desde suas origens na Grécia Antiga, a história evoluiu de um mero relato de testemunhas oculares para uma ciência que almeja a objetividade na reconstrução do passado, amparando-se em documentos e evidências. Contudo, a própria noção de documento e de fato histórico tem sido paulatinamente relativizada, reconhecendo-se a influência inegável da interpretação e do contexto social, como bem apontado por Le Goff (1990).

A memória, por sua vez, transcende a simples capacidade de reter e reviver impressões pretéritas; ela é um catalisador vital para a edificação da identidade individual e coletiva (Halbwachs, 2003). Como fenômeno multifacetado, manifesta-se tanto na esfera pessoal quanto no âmbito coletivo, atuando na moldagem de identidades e influenciando intimamente a forma como os grupos sociais interagem com seu passado (Candau, 2023).

Nesse cenário de relevância conceitual, torna-se imperativo destacar o valioso trabalho desenvolvido pelo Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Por meio de suas pesquisas realizadas em 40 Instituições Associadas espalhadas pelo Brasil, e particularmente através da linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, o ProfEPT tem contribuído significativamente para a área, com um foco em estratégias integradas para uma formação omnilateral, assentada no trabalho e na pesquisa, e sempre considerando a evolução histórica da área (ProfEPT, 2019).

Isto porque, este trabalho constitui parte da fundamentação teórica de uma dissertação de Mestrado no âmbito dessa linha de pesquisa, mais especificamente no Macroprojeto 4 - História e Memórias no Contexto da EPT. Este macroprojeto, “abriga projetos que trabalham as principais questões relacionadas à história e memória da EPT local, regional e nacional, considerando o mundo do trabalho a partir de estudos de disciplinas, eventos, instituições, currículos, espaços de formação e recursos didáticos, entre outros” (ProfEPT, 2019).

O objetivo principal deste artigo é apresentar uma revisão bibliográfica que analisa as distintas visões de autores clássicos e contemporâneos sobre história e memória, na busca de compreender como esses conceitos fundamentais se configuram como pilares da experiência humana e da construção do conhecimento sobre o passado. Para isso, a análise explora como eles são abordados, sob uma

perspectiva histórico-filosófica, a fim de identificar as referências teóricas que fundamentam os estudos sobre a temática e, assim, contribuir para um melhor entendimento dessa área tão relevante.

A metodologia empregada nesta pesquisa é de natureza qualitativa e exploratório-descritiva, com o *corpus* de verificação composto por dissertações publicadas no Observatório ProfEPT entre 2019 e 2023. A escolha deste recorte temporal e deste repositório justifica-se pela relevância do ProfEPT na produção de conhecimento sobre Educação Profissional e Tecnológica, um campo onde as discussões sobre história e memória podem oferecer contribuições significativas.

A seleção dos autores para esta revisão bibliográfica foi baseada na observação de recorrência de suas obras nas dissertações verificadas, onde buscou-se assegurar uma representação sistemática das abordagens teóricas predominantes. Assim, autores como Le Goff (1990), Santo Tomás de Aquino (2016), Ricoeur (2007), Halbwachs (2003) e Nora (1993), entre outros, cujas contribuições são basilares para o debate, foram explorados, visando identificar tanto as convergências quanto as divergências em suas respectivas perspectivas.

Ao examinar as diversas abordagens teóricas, almejou-se não apenas uma reflexão sobre a relação entre história e memória e suas implicações para os estudos históricos e sociais, mas também, para a crucial preservação do patrimônio cultural e a incessante construção de identidades. Este trabalho, portanto, busca oferecer percepções relevantes que possam subsidiar e inspirar novas investigações, especialmente no campo da História e da Memória na Educação Profissional e Tecnológica.

A estrutura do artigo foi organizada da seguinte maneira: um primeiro momento, seção 2 detalhou-se a metodologia. Em seguida, na seção 3, a fundamentação teórica é apresentada, iniciando com uma reflexão sobre o conceito de história e, posteriormente, abordando o de memória. Na sequência, são explorados os contrapontos e as tensões entre esses dois conceitos. Por fim, nas seções 4 e 5 são apresentados os resultados e discussão, bem como, uma breve conclusão acerca do estudo.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo se baseia em uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com abordagem exploratória-descritiva (Gil, 2010). A pesquisa buscou compreender a relação entre história, memória e as potenciais relações destes conceitos com a construção da identidade e, como esses conceitos se entrelaçam para moldar a experiência humana e o conhecimento sobre o passado.

Para tal, foi realizado levantamento bibliográfico de obras de autores clássicos e contemporâneos da historiografia e da filosofia. A análise do material seguiu uma abordagem

comparativa e crítica, sob uma perspectiva histórico-filosófica, buscando identificar e examinar as principais convergências e divergências entre os autores.

## 2.1 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DO MATERIAL

A investigação para este estudo teve como base empírica dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), disponíveis no acervo do Observatório ProfEPT. Este Observatório, enquanto plataforma institucional centraliza e difunde a produção científica do programa, e configura-se como uma fonte primária e representativa para acessar os estudos sobre a temática de história e memória dos Institutos Federais, conferindo solidez e pertinência à nossa pesquisa.

Inicialmente, empreendeu-se uma busca exploratória em plataformas de dados como SciELO, Google Acadêmico, EduCapes e Observatório ProfEPT, utilizando os descritores “História, Memória e Institutos Federais”. Essa etapa preliminar revelou que a maioria dos estudos pertinentes à temática História e Memória dos Institutos Federais, concentrava-se nas dissertações produzidas no âmbito do ProfEPT. Diante disso, e para garantir a uniformidade e especificidade do *corpus*, considerou-se concentrar a busca exclusivamente nas dissertações constantes na plataforma do Observatório ProfEPT.

A seleção das dissertações foi guiada por critérios de inclusão e exclusão, estabelecidos a priori para minimizar vieses e garantir a pertinência do *corpus* para os objetivos da pesquisa. Foram critérios de inclusão: dissertações de Mestrado profissional defendidas no ProfEPT e publicadas na plataforma do Observatório ProfEPT no período compreendido entre 2019 e 2023; trabalhos que abordassem explicitamente as temáticas de História e Memória em seus títulos, nos resumos ou palavras-chave; e, disponibilidade integral do texto em formato PDF no portal do Observatório ProfEPT. Como critérios de exclusão, definiu-se as dissertações que, após leitura flutuante, demonstravam foco principal em temáticas não diretamente alinhadas à temática História, Memória e Institutos Federais, mesmo que superficialmente mencionadas.

O foco principal foi a identificação das referências teóricas recorrentes utilizadas nas dissertações para embasar os conceitos de história e memória. Esse critério de seleção dos autores, a recorrência nas referências das dissertações, foi estabelecido visando garantir que a revisão bibliográfica refletisse as bases teóricas mais empregadas na produção do ProfEPT.

Desse modo, a escolha das obras para compor a revisão bibliográfica foi realizada com base na recorrência e na relevância para o aprofundamento dos conceitos de história e memória, na qual, foram selecionados autores, tanto clássicos quanto contemporâneos, por meio da leitura de obras em formato

impresso quanto digital, relevantes para o debate. Essa abordagem buscou garantir uma representação das principais referências teóricas utilizadas nos trabalhos verificados, minimizando vieses na seleção das fontes e oferecendo um panorama das discussões teóricas predominantes.

Ressalta-se que a presente pesquisa não teve como objetivo analisar o mérito ou o conteúdo das dissertações consultadas. Elas foram utilizadas exclusivamente como fonte para a identificação dos autores mais relevantes e recorrentes na área, servindo de base para a fundamentação teórica da revisão bibliográfica aqui apresentada.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 O CONCEITO DE HISTÓRIA: UMA INTRODUÇÃO TEÓRICA**

A história, enquanto campo de estudo e disciplina, possui uma natureza diversificada e em constante redefinição. Longe de ser um mero acúmulo de fatos passados, sua compreensão exige uma análise aprofundada de suas diversas abordagens e desafios conceituais. Nesta seção, adentrar-se-á nas perspectivas de autores fundamentais, como Jacques Le Goff, Marc Bloch, Veyne e outros, para desvendar as complexidades da história como ciência, narrativa e construção social do passado.

A palavra “história”, a priori, não possui uma definição única e clara, ela pode tanto referir-se aos eventos/acontecimentos passados quanto estar relacionada à narrativa sistemática desses mesmos eventos. O termo pode aludir ao conjunto de saberes sobre as mudanças e transformações ocorridas no passado ou ao conjunto de obras relacionadas à própria história, ou seja, à ciência que investiga os acontecimentos ao longo do tempo (Le Goff, 1990).

Assim, essa antiga ambiguidade persiste em todas as línguas cultas contemporâneas, pois mesmo buscando diferenciar o termo “história” escrito com “h” minúsculo e “H” maiúsculo, como ocorre na Língua Portuguesa, por exemplo, essa abordagem se mostra insuficiente para separar o evento histórico da disciplina que o analisa (Lombardi, 2006). Dessa forma, é relevante conhecer como alguns estudiosos abordam esse conceito.

Jacques Le Goff (1990), logo no início da sua obra *História e Memória*, coloca que, atualmente, o conceito de história enfrenta seis desafios principais, a saber: a relação entre a vivência histórica e a ciência que a explica (e a consequente filosofia da história); a ligação da história com o tempo (natural, vivido e a memória); a dialética passado/presente e a questão do sentido da história; a incapacidade preditiva da história frente à futurologia e os limites do seu estudo no início e fim da humanidade; as diferentes durações históricas (evento, longa duração, história imóvel) e sua relação com o estruturalismo; e, por fim, a mudança de foco da história do homem para a história das sociedades humanas, levantando a possibilidade de uma história da natureza (Le Goff, 1990).

A história, nascida no mundo ocidental, comumente creditada à Grécia Antiga, mas com precedentes nos impérios orientais, caracteriza-se por sua abordagem investigativa e testemunhal da realidade, diferente da construção e observação típicas de outras ciências. A própria origem da palavra “ver”, do grego e do indo-europeu, revela sua natureza inicial de relato de quem presenciou os fatos.

Essa dimensão narrativa e testemunhal sempre foi fundamental. No entanto, atualmente, há uma tensão entre a busca por explicações e o simultâneo renascimento da história como testemunho, influenciado pela mídia, pela presença de jornalistas na historiografia e pela ascensão da história imediatista (Le Goff, 1990).

Como disciplina científica, expõe-se que a história é um trabalho de pesquisa e interpretação rigoroso do passado. Ela se estrutura a partir de metodologias e epistemologias que visam à produção de um conhecimento o mais objetivo possível. O historiador, como um investigador, busca verificar e contextualizar os eventos de maneira imparcial; e para isso, ele se apoia em uma composição de fontes primárias e secundárias, que incluem documentos oficiais, registros pessoais, artefatos, testemunhos, entre outros, que são submetidos a uma análise crítica e sistemática (Bloch, 2000). Entretanto, este autor ressalta o seguinte acerca do trabalho do investigador em história:

[...] Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: 'compreender'. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. [...] A história, com a condição de ela própria renunciar a seus falsos ares de arcanjo, deve nos ajudar a curar esse defeito. Ela é uma vasta experiência de variedades humanas, um longo encontro dos homens. A vida, como a ciência, tem tudo a ganhar se esse encontro for fraternal (Bloch, 2000, p. 123).

Bloch (2002) discorda da ideia de que a história é meramente uma sequência cronológica de acontecimentos passados, pois para ele, o historiador deve se concentrar em entender as constantes transformações que ocorrem nas sociedades humanas. Nesse sentido, a história se configura em uma ciência que se dedica a conhecer os homens ao longo do tempo. Para Bloch (2002), o passado deve ser interpretado à luz do presente, e nunca estará completamente enterrado; e o presente, por sua vez, só pode ser totalmente compreendido com a ajuda do que já passou.

Além disso, Bloch (2002) explica que, para que seja conferida científicidade ao trabalho do historiador, é necessário que haja uma análise atenta de todos os documentos. Nesse sentido, ele ressalta que se deve sempre duvidar, questionar, comparar e confirmar a autenticidade e a credibilidade das fontes, porque a história não é meramente um conhecimento, mas um meio de questionar e entender o mundo. Pois para compreender fenômenos que se transformam ao longo do tempo, seja na sociedade, economia, ideias ou modos de pensar, são necessárias diferentes abordagens analíticas, e desse modo,

o conhecimento científico, especialmente ao estudar a história, deve ser rigoroso, mas nunca se pode esquecer o fator humano.

Como bem pontua Bloch (2002): “[...] Para fazer uma ciência, será sempre preciso duas coisas: uma realidade, mas também um homem. [...]” (p. 123); e é essa relação, realidade e homem, fundamental para entender e determinar as causas de eventos ou fenômenos, porque “[...] as causas, em história como em outros domínios, não são postuladas. São buscadas” (p. 153). Isso significa que o homem é quem faz as perguntas, interpreta as evidências e constrói o conhecimento, sendo que realidade por si só não se explica; ela precisa de uma pessoa para observá-la, analisá-la e buscar as conexões. Essa relação entre o que se estuda (a realidade) e quem estuda (o homem) é o que permite a criação do conhecimento científico, ao fazer a pesquisa rigorosa necessária para encontrar a resposta, e a busca pelas causas dos eventos é um trabalho ativo de investigação, e não uma simples dedução ou suposição.

Jacques Le Goff (1990), refletindo sobre a questão documental na análise histórica, salienta que, desde a Antiguidade, métodos vêm sendo desenvolvidos para ir além das limitações da memória oral e da experiência direta, utilizando, principalmente, documentos escritos como evidências, que para ele, a formação de arquivos e bibliotecas foi muito importante nesse quesito. Contudo, a visão do documento como um dado bruto e imparcial tem sido questionada, assim como a noção de um fato histórico preexistente à interpretação do historiador. Atualmente, entende-se que o documento é um monumento carregado de poder social, especialmente sobre a memória.

Paralelamente, a própria definição de documento se expandiu para incluir formas não textuais, impulsionando novas práticas de coleta e arquivamento, revolucionadas pela tecnologia digital. Dessa forma, a percepção dessas construções e influências revela as possíveis manipulações no saber histórico. No entanto, a capacidade contínua de expor fraudes e distorções sustenta uma perspectiva relativamente otimista sobre a possibilidade de alcançar a objetividade e a verdade na história (Le Goff, 1990).

Le Goff (1990, p.8), para além disso, ressalta a característica social da história, em que “[...] toda história deve ser uma história social. [...]”, pois o homem, enquanto ser social que é, diferentemente da natureza, delibera na construção da história, bem como na descrição e compreensão dos acontecimentos da humanidade, tendo em vista sempre suas intenções e objetivos. Para este autor, o tempo cronológico é o principal elemento da história, e esta traz consigo a responsabilidade de promover de modo recíproco a compreensão do presente pelo passado e do passado pelo presente. Nesse sentido, ele esclarece que:

[...] O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. [...] Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência - ou melhor, uma vida -, que deixa de ser 'definitivamente passado. À relação essencial presente-passado devemos, pois, acrescentar o horizonte do futuro. [...] (Le Goff, 1990, p.19).

Com efeito, o (s) documento (s) representa (m) para a história um monumento repleto de poder, e o fato histórico só adquire vida por meio da interpretação do historiador; e a ideia de documento, que se ampliou para englobar elementos não textuais, impulsionada pela tecnologia, expõe as possíveis manipulações que podem ocorrer na construção do conhecimento histórico. No entanto, a habilidade de desvendar fraudes mantém uma certa esperança na procura por objetividade e verdade.

Efetivamente, a história é dinâmica e constituída por um passado de representações significativas da construção humana, argumenta Le Goff (1990). Porque nem tudo o que é passado se configura em história, pois dependerá do quanto os acontecimentos e os fatos tiveram relevância na compreensão e na intenção humana; e o resgate desses acontecimentos é instituído pela memória. Nesse sentido, torna-se evidente que nem o passado nem a memória são, em si, história, mas se constituem em objetos imprescindíveis na construção histórica do passado no presente. Significa dizer que a história não se resume a uma simples relação de eventos passados, mas é uma construção dinâmica e social, constantemente reinterpretada e significativa para o/no presente (Le Goff, 1990).

Já para Eric Hobsbawm (1998), a história formada é todo o passado, pelo menos em teoria. Ou seja, tudo o que ocorreu até agora, e a maneira como nos relacionamos com o passado e as conexões entre passado, presente e futuro vão além de serem meras curiosidades, são fundamentais, pois é importante que nos coloquemos dentro de uma continuidade de nossa própria vida, da nossa família e do grupo ao qual pertencemos. Assim, necessitamos da história e a utilizamos, mesmo sem saber exatamente por quê. Segundo este autor, “[...] O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, dos valores e outros padrões da sociedade humana. [...]” (Hobsbawm, 1998, p. 22).

Para Hobsbawm (1998), a compreensão das experiências históricas ou de qualquer outro tema exige a interação de, no mínimo, duas pessoas: uma que transmite o conhecimento e outra que está disposta a absorvê-lo, criando assim uma narrativa. Isso implica que o passado não pode ser interpretado isoladamente, apenas em seus próprios termos. Na verdade, sua compreensão decorre do fato de que ele faz parte de um processo histórico contínuo, e é justamente esse processo que nos fornece as ferramentas para analisá-lo e entendê-lo em seus múltiplos aspectos.

Apesar de a visão materialista da história servir como base explicativa, Hobsbawm (1998, p.175) argumenta que a história vai além dela por conta da consciência humana. Ele, como Le Goff

(1990), ressalta que história não é como a ecologia, onde os eventos ocorrem independentemente da vontade humana. Em essência, na história, são os seres humanos que têm a capacidade de tomar decisões e de ponderar sobre as consequências de suas ações e das ações alheias; fato que influencia diretamente o desenrolar dos acontecimentos. Isso significa que, diferentemente de processos puramente naturais, a história é moldada pela ação e reflexão humanas. Por essa razão, nenhum povo pode existir sem história, nem ser completamente compreendido sem ela.

Nesta lógica, a história abrange todo o passado e é fundamental para a nossa consciência e identidade individual e coletiva, conectando passado, presente e futuro. Ela é uma dimensão inerente à experiência humana, não apenas por sua ocorrência material, mas porque os seres humanos a interpretam e moldam ativamente através da narrativa e da reflexão, tornando-a indispensável para a compreensão de qualquer sociedade.

Na visão de Paul Veyne (1982), a história é substancialmente um relato de acontecimentos, do qual tudo o mais, deriva dessa premissa. Apesar de parecer uma mera narrativa, até porque ela não reproduz os eventos literalmente, é contrário, pois, a história seleciona, simplifica, organiza e condensa, conseguindo, por vezes, resumir um século em uma única página, e essa síntese narrativa é tão natural para a história quanto para a nossa própria memória.

Veyne (1982) considera a história um tipo de conhecimento fundamentado em documentos. Ele ressalta, porém, que a narração histórica transcende esses documentos, já que nenhum deles consegue representar o evento em sua totalidade. Desse modo, a história se configura como uma *diegese* (um relato), e não como uma *mimese* (uma imitação literal). Mas, é relevante ressaltar que a história possui uma característica subjetiva e se destaca por oferecer respostas à maioria de nossas perguntas.

Para este autor, os eventos são individuais, não por seus detalhes distintos, mas por ocorrerem em um momento específico, o que impede que a história se repita, mesmo ao narrar sobre o mesmo assunto. O autor ainda salienta que o campo da história é completamente indeterminado, com a única exceção de que tudo o que nele estiver deve ter realmente ocorrido; ou seja, a ficção e a irrealdade não se acomodam à história, e um evento ou acontecimento só é reconhecido por meio de indícios. Diante disso, ele ainda menciona o seguinte:

Um evento destaca-se sobre um fundo de uniformidade; é uma diferença, algo que não poderíamos conhecer a priori: a história é filha da memória. Os homens nascem, comem e morrem, mas só a história pode informar-nos sobre suas guerras e seus impérios, [...]. (Veyne, 1982, p. 12).

Assentindo com a ideia de Veyne (1982) acerca da relevância dos relatos para a história, Paul Ricoeur (2007, p.156) enfatiza que:

Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atestar ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos (Ricoeur, 2007, p.156).

Para Paul Ricoeur (2003), a história como forma de conhecimento (epistemologia) exige atenção especial à memória. O ponto principal, segundo ele, é a forma como a memória acolhe e se apropria do passado, e critica a tendência da história em tratar a memória apenas como um objeto de estudo, assim como outros fenômenos culturais.

Desse modo, essa subordinação da memória é uma das consequências notáveis da inversão de papéis que ocorreu com o desenvolvimento da história como disciplina nas ciências humanas. Ricoeur (2003, p.6) acentua que os historiadores, aqueles que escrevem a história, “[...] não devem esquecer que são os cidadãos que fazem realmente a história [...]”; e quem a escreve apenas a relata.

Uma vez que, a história abrange um conjunto de eventos passados mais extenso do que a memória, cujo escopo é mais limitado e pode parecer engolido pela vastidão do tempo histórico pode haver uma confusão persistente entre o saber histórico e a memória. Todavia, a bem da verdade é que a história não possui o reconhecimento imediato e intuitivo, o que concede à memória um certo brilho (Ricoeur, 2003).

Por conseguinte, essa ausência de reconhecimento, mencionada por Ricoeur (2003), gera um desconforto para a história, mas não a invalida, pois o que se espera das construções históricas é que sejam conduzidas como reconstruções baseadas em uma lógica de probabilidade, ou seja, sobre a natureza da verdade histórica. Assim, sob essa perspectiva, um possível desafio reside naquilo que se convencionou chamar de dever de memória, ou seja, a obrigação de não deixar que o passado caia no esquecimento, e que, frequentemente, esse dever de memória surge como uma exigência ou uma reivindicação (Ricoeur, 2003).

Dessarte, nesse panorama, observa-se que a história não é uma ciência exata, mas uma disciplina hermenêutica que se constrói a partir de documentos e testemunhos, permeada pela subjetividade do historiador e pela inevitável síntese narrativa; e a memória, por sua vez, se mostra como a base primordial para a compreensão do passado, atuando como o primeiro elo com os acontecimentos.

Desse modo, a complexidade dessa relação reside na interdependência e nas tensões entre ambas: a história busca uma verdade fundamentada em indícios e probabilidade, enquanto a memória oferece a vivência e o testemunho direto, e o dever de memória surge como um imperativo ético que une essas duas dimensões, com a promessa de garantir que as lições do passado não se percam.

### 3.2 SOBRE A MEMÓRIA: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS

A memória, elemento essencial à experiência humana, transcende a simples capacidade de recordar o passado, configurando-se como um fenômeno de vastas implicações individuais e coletivas. Nesta seção, serão exploradas algumas particularidades da memória por meio das contribuições de pensadores como Paul Ricoeur, Santo Tomás de Aquino, Henri Bergson e Maurice Halbwachs, entre outros, buscando compreender suas diferentes manifestações, funções e o importante papel que desempenha na edificação da identidade e na relação com o tempo.

Desde a Antiguidade, com Platão e Aristóteles, a memória tem sido debatida não somente como um elemento presente ou ausente, mas também como o ato de recordar, de rememorar, que a denominavam por *anamnesis*. Assim, no que se refere à complexa maneira como as lembranças do passado persistem, o reconhecimento, enquanto experiência palpável, permanece um “pequeno milagre”, como afirma Ricoeur (2003).

Para Ricoeur (2003) nenhuma outra experiência nos proporciona uma sensação tão concreta da presença real de algo que já não existe mais, como o reconhecimento. Embora não esteja mais presente, o passado é reconhecido como tendo existido. Todavia, segundo este autor, é possível contestar a veracidade dessa afirmação, mas para ele, a memória é o nosso melhor recurso para assegurar a ocorrência verdadeira de algo. Nesse sentido, Ricoeur (2003) destaca que:

Isto é simultaneamente o enigma e a sua frágil resolução, que a memória transmite à história, mas que ela transmite também à reapropriação do passado histórico pela memória uma vez que o reconhecimento continua um privilégio da memória, do qual a história está desprovida. Mas dele está igualmente desprovida a reapropriação do passado histórico pela memória. A história pode, no máximo, fornecer construções que ela declara serem reconstruções. Mas entre as reconstruções, tão precisas e próximas dos factos quanto possível, e o reconhecimento, subsiste um fosso lógico e fenomenológico (Ricoeur, 2003, p.3).

Já Tomás de Aquino, em *Comentário sobre A memória e a reminiscência de Aristóteles*, refere-se à memória como um dos quatro sentidos internos que compõem o ser humano. Para ele, memória é uma faculdade da alma, ou seja, é algo que transcende os aspectos fisiológicos e psicológicos. Ressalta ainda que “[...]. Sempre, pois, que a alma memoriza, prenuncia-se que antes ouviu, sentiu ou entendeu.” (Aquino, 2016, p.38). Em outros termos, o ser humano é o único ser com capacidade de memorizar e recordar, e essa memória é evocada por meio da reminiscência, e somente os seres que possuem percepção de tempo serão capazes de memorizar. Ele esclarece ainda que:

[...] algo que é apreendido agora não pode ser memorizado no mesmo ‘agora’, pois o sentido é do presente, a expectativa do futuro, mas a memória é do passado. E, por isso, é necessário que toda memória ocorra num lapso de tempo intermediário entre a memória e a anterior apreensão (Aquino, 2016, p. 39).

Além disso, a memória é essencial para a ação e atuação do intelecto, embora sua relação seja primariamente com a esfera sensitiva e, de forma secundária, com a intelectual, mas isso ocorre porque o ser humano é uma união de corpo e alma que se complementam. Assim, para desenvolver conhecimento é fundamental cultivar o hábito de armazenar imagens na memória, permitindo sua compreensão.

Nesse processo, as reminiscências desempenham um papel fundamental, pois trazem à tona conteúdos já conhecidos, aprendidos e apreendidos, como destaca Tomás de Aquino (2016). Além disso, a memória está ligada à imaginação, lidando principalmente com as imagens das coisas sensíveis, isso porque, as informações mais tênues ou puramente espirituais são mais difíceis de se reter com clareza, enquanto aquelas mais diretas e impressionáveis tendem a ser lembradas com maior facilidade. Desse modo, Aquino (2016) ressalta que:

[...] convém à memória a apreensão de tempo, de acordo com certa determinação, ou seja, uma distância do passado, a partir do instante no presente. Por isso, convém essencialmente à memória a apresentação da imagem, mas accidentalmente ao juízo do intelecto (Tomás de Aquino, 2016, p. 50).

Para Tomás de Aquino (2016), a memória vai muito além de um simples repositório de informações, ela se distingue por sua intrínseca capacidade de apreender o tempo, mensurando a distância do passado a partir do presente. Isso significa que a memória não apenas recorda, mas também situa os eventos em uma linha temporal, conferindo-lhes uma localização específica em relação ao agora.

Nessa perspectiva, a função primordial da memória é a apresentação da imagem, ou seja, a memória opera essencialmente com as representações sensoriais e mentais que formamos dos acontecimentos. Muito embora o juízo do intelecto possa, posteriormente, analisar e compreender essas imagens, sua relação com a memória é acidental, ainda que a memória seja base fundamental, no fornecimento de material sobre o qual o intelecto poderá então atuar e raciocinar. Em essência, é a memória que nos permite reviver o passado através de suas imagens, organizando-o cronologicamente para uma subsequente análise intelectual.

Segundo Henri Bergson (2010), os seres humanos são acometidos por duas formas de memória: a memória espontânea e a memória voluntária. A primeira funcionaria como um sistema de registros que captura todos os eventos da vida diária por meio de imagens-lembranças, e cada evento e gesto seria marcado com sua data e lugar, e este sistema não é destinado ao uso prático, mas sim para preservar o passado devido a uma necessidade intrínseca. Dessa maneira, ele fornece a capacidade de

relembra experiências de forma inteligente, permitindo que os indivíduos olhem para imagens que refletem aspectos de suas vidas passadas.

Já a segunda forma de memória não tem como atribuição guardar imagens do passado, ela é orientada para a ação; em outras palavras, ela se apoia no presente com foco no futuro, situação em que ela é rigorosamente trabalhada para lembrar de maneira sistemática. O que seria, na verdade, o ato de aprender e reter sobre algo de forma que se possa fazer uso depois. Assim, uma memória imagina e a outra repete, sendo que, no entendimento deste autor, é a primeira que de fato podemos chamar de memória por excelência. Por conseguinte, Bergson (2010) sugere ainda que:

[...]. Para evocar o passado em forma de imagem, é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso saber dar valor ao inútil, é preciso querer sonhar. Talvez apenas o homem seja capaz de um esforço desse tipo. [...] a imensa maioria de nossas lembranças tem por objeto os acontecimentos e detalhes de nossa vida, cuja essência é ter uma data e, consequentemente, não se reproduzir jamais. [...] o registro, pela memória, de fatos e imagens únicos em seu gênero se processa em todos os momentos da duração. [...] (Bergson, 2010, p.90).

Segundo Bergson (2010), a memória tem como principal função evocar percepções passadas que se assemelham a uma percepção presente. Ela nos ajuda a recordar o que veio antes e o que se seguiu, orientando-nos para decisões mais úteis no momento atual. Nesse sentido, a percepção não cria algo novo, mas atua de forma seletiva, numa tarefa de distinguir entre as possíveis ações do corpo em relação a determinados objetos, retirando do campo de imagens aquelas que não são de interesse para o corpo naquele instante. Assim, a percepção filtra a realidade, concentrando-se no que é relevante para a ação. Este autor explica que:

[...] Em se tratando da lembrança, o corpo conserva hábitos motores capazes de desempenhar de novo o passado; pode retomar atitudes em que o passado irá se inserir; ou ainda, pela repetição de certos fenômenos cerebrais que prolongam antigas percepções, irá fornecer à lembrança um ponto de ligação com o atual, um meio de reconquistar na realidade presente uma influência perdida: mas em nenhum caso o cérebro armazenará lembranças ou imagens. Assim, nem na percepção, nem na memória, nem, com mais razão ainda, nas operações superiores do espírito, o corpo contribui diretamente para a representação. [...] (Bergson, 2010, p.263-264).

Ainda, de acordo com Bergson (2010), não é possível perceber toda a realidade material à qual o ser humano tem acesso, porque a quantidade de imagens que são formadas pelas experiências vividas transcende a percepção sob qualquer perspectiva. Nesse sentido, ele ressalta que, “[...] para estabelecer entre a percepção e a realidade a relação da parte com o todo, seria preciso atribuir à percepção sua função verdadeira, que é preparar ações. [...]” (Bergson, 2010, p.268).

Desse modo, memória e percepção operam juntas com um propósito claro, no qual a memória oferece o contexto e o conhecimento que foi acumulado, enquanto a percepção age como um filtro, focando nossa atenção e ações para que possamos reagir de maneira eficaz e adaptável ao que está, sensivelmente, próximo.

Segundo Halbwachs (2003), a memória não é um fenômeno puramente individual e psicológico, mas sim um processo que ocorre e se estrutura dentro de quadros sociais específicos. Ele argumenta que nossas lembranças pessoais não são isoladas; e são formadas, evocadas e organizadas dentro de contextos sociais, nos quadros sociais da memória.

Os quadros sociais da memória, para Halbwachs (2003), são os grupos aos quais os indivíduos pertencem, a saber: família, amigos, comunidade religiosa, nação, etc., que fornecem as referências e as categorias para que se possa recordar. Em outras palavras, ninguém tem lembranças solitárias; as memórias de cada um serão sempre atravessadas pelas experiências e pelas expectativas do grupo.

Para Halbwachs (2003), a memória, diferentemente da história, não se caracteriza pela cronologia dos acontecimentos, como também a segunda não é algo imprescindível para a preservação da primeira, pois, ele destaca que memória coletiva e história não se confundem. Enquanto a memória coletiva é viva, fluida e sempre em reconstrução pelo grupo no presente, a história, por outro lado, surge quando essa memória viva se dissolve. Desse modo, para ele, a história é uma tentativa de registrar o passado de forma objetiva, impessoal e escrita, muitas vezes por meio de documentos e arquivos, no sentido de que a história é fixa, e se torna necessária quando os grupos sociais que vivenciaram diretamente os eventos desaparecem ou perdem sua capacidade de manter a lembrança viva (Halbwachs, 2003).

De acordo com Halbwachs (2003), a memória tem papel importante na reconstrução de acontecimentos passados, e tais lembranças se formam inherentemente nos contextos sociais específicos e devem ser analisadas sob essa perspectiva. Ele entende que a memória, para além do individual, é uma construção coletiva. Isto significa dizer que o sujeito não constrói memórias desvinculadas do contexto social em que participa, de maneira isolada, fechada, porque as lembranças dos indivíduos são influenciadas pelas lembranças construídas em grupo e nos grupos. Desse modo, Halbwachs (2002) sustenta ainda que:

[...]. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela está estreitamente limitada no espaço e no tempo. A

memória coletiva também é assim, mas esses limites não são os mesmos, podem ser mais estreitos e também muito mais distanciados. [...] (Halbwachs, 2003, p.72).

Acrescenta-se a isso a convicção de que a memória coletiva apresenta uma continuidade de pensamento, que retém dos fatos passados aquilo que permanece vivo na percepção do grupo, e que se mantém no limite desse, no tempo e no espaço; e é refletindo sobre o seu passado temporal e espacial que o grupo toma consciência da sua identidade (Halbwachs, 2003).

A memória coletiva nunca permanece a mesma, ela está em contínua reconstrução. Isso se dá porque, conforme os grupos sociais evoluem, suas lembranças também se adaptam para espelhar as novas demandas e a identidade presente. Assim, o passado é selecionado, reinterpretado e reconfigurado por esses grupos, a fim de que faça sentido em suas realidades atuais. Desse modo, a memória coletiva de uma comunidade hoje pode diferir significativamente daquela de gerações anteriores, mesmo que se refira aos mesmos acontecimentos (Halbwachs, 2003).

À vista disso, a memória, como nota-se, é um fenômeno social, formulada nas interações, nas práticas e nos quadros de referência dos grupos, servindo como um elemento vital para a coesão social e a construção da identidade de uma coletividade. Todavia, é importante salientar que as narrativas dos grupos também apresentam divergências, e estas não são simplesmente diferentes versões do passado, elas são, seguindo tal lógica, memórias ativamente construídas e mantidas para fortalecer a coesão interna do grupo e legitimar sua posição no presente. Assim, quando as memórias de diferentes grupos colidem, é que surgem as tensões e os conflitos significativos. Ou seja, a memória não é um simples registro do passado, mas um campo de batalha simbólico onde diferentes grupos disputam significados e creditam relevância do que foi e do que é.

Para Candau (2023, p. 44), existe o que ele denomina como memória fraca e a memória forte, em que se define a memória forte como sendo abrangente, unificada, consolidada e enraizada, impondo-se à maioria dos membros de um grupo e atuando como um pilar organizador da identidade coletiva; de modo que, os grupos menores tendem a possuir memórias mais fortes devido à maior densidade de conhecimento recíproco entre seus membros.

Em contraste, a memória fraca é descrita como indefinida, fragmentada e periférica, dificultando o compartilhamento e, consequentemente, a consolidação de uma identidade coletiva. Essa fragilidade pode levar um grupo à disfuncionalidade. Um ponto interessante é que a fraqueza da memória nem sempre é inerente, pois, ela pode ser o resultado de mutações históricas, e se fortalecer ou enfraquecer ao longo do tempo, demonstrando o seu dinamismo (Candau, 2023).

Candau (2023) critica a visão de Maurice Halbwachs, que considera as memórias individuais como meros vestígios da memória coletiva. Embora ele concorde que as estruturas sociais sejam

importantes para memorizar, evocar ou esquecer, influenciando diretamente nas lembranças, a memória individual não é simplesmente subordinada à coletiva. Ou seja, para Candau (2023) a memória coletiva atua como um mecanismo que orienta e modera as recordações de cada pessoa, facilitando ou inibindo a recordação. Este autor ressalta ainda que a:

[...] 'memória coletiva' aplicada a um determinado grupo seria totalmente pertinente se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar integralmente um número determinado de representações relativas ao passado que lhes teriam sido previamente comunicadas de acordo com as modalidades variáveis, mas socialmente determinadas e culturalmente regradas (Candau, 2023, p.31).

Nesse contexto, nota-se que memória se demonstra essencialmente social, mas não necessariamente coletiva, sendo que, apenas em certas condições ocorrem influências da coletividade que permitem a correspondência e adesão das memórias individuais, resultando em um real compartilhamento de memória. E essa construção e reforço deliberado da memória coletiva ocorrem por meio de triagens, acréscimos e eliminações sobre as heranças, visto que, quanto maior essa convergência entre as memórias individuais, mais forte será a identidade coletiva (Candau, 2023).

Conforme esclarece Candau (2023), a memória e a identidade estão profundamente ligadas, e perder a memória significa perder a identidade; isso porque sem ela, a pessoa perde a sua essência, suas capacidades de raciocínio ficam prejudicadas, vivendo apenas o presente. Para ele, a memória é vital para o indivíduo compreender e organizar o mundo, aferir-lhe sentido, e situar-se no tempo e no espaço.

Portanto, a memória funciona como combustível para a identidade, que é construída ao longo do tempo, e o que a mantém viva, consolidando ou desfazendo o sentimento identitário. Ao passo que a interação complexa entre memória individual e coletiva, bem como a força ou fraqueza dessa memória, são fatores determinantes para a coesão social e a própria percepção de quem se é.

Para Michel Pollak (1989), a memória é um esforço tanto individual quanto coletivo para preservar eventos passados e suas interpretações, tanto que essa preservação é utilizada, de maneira mais ou menos intencional, para estabelecer e fortalecer o sentimento de pertencimento entre diversos grupos, como por exemplo, partidos, sindicatos, igrejas, comunidades, regiões, famílias, nações.

Para este autor, o que se busca na memória é também o "significado" da identidade tanto individual quanto do grupo, até porque a menção ao passado ajuda a manter a união dos grupos e organizações que formam uma sociedade, definindo seus papéis, suas relações, seus discursos e também seus conflitos. É a isso que Pollak chama de enquadramento da memória, e explica que os objetos físicos, como monumentos, museus e bibliotecas são também as manifestações, marcas desse

processo de enquadramento (Pollak, 1989). Então, o que forma a memória, seja ela pessoal ou de um grupo?

Michel Pollak (1992), nesse sentido, distingue dois tipos de acontecimentos que instituem e compõem a memória. Primeiramente, estão aqueles que é experciado diretamente, em seguida, vêm os eventos que são vivenciados indiretamente, por meio do grupo ou comunidade, de modo que estes são acontecimentos marcantes para pessoas próximas ou para o coletivo ao qual cada um se sente integrado, tornando-se esses acontecimentos tão internalizados que, por vezes, não se consegue discernir se foi ou não partípice deles de fato, conforme reforça Pollak (1992, p. 3): “[...] fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. [...]”.

Além disso, para Pollak (1992), a memória também guarda coisas antepassadas que aconteceram fora do círculo de vivência. Ao se identificar muito com um certo passado, por causa do que se aprende, por exemplo, sobre história ou política, pode sentir como se tivesse herdado essas memórias. Segundo este autor, a memória opera de forma seletiva, o que significa que nem todas as experiências são gravadas ou registradas; todavia, o fato é que a memória pode, também, ser “herdada”. Ele destaca o seguinte:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. [...] (Pollak, 1992, p. 5).

Portanto, segundo Pollak (1992), a memória vai além das experiências de um único indivíduo, ela é também algo que se constrói conjuntamente, um processo que, segundo ele, ganha forma e organização com base no que se vivencia agora e que, em parte, é recebido como herança. Ele afirma que a memória é o componente essencial do sentimento de identidade, seja em caráter individual ou coletivo, uma vez que também desempenha um papel de destaque na reconstrução contínua e coerente de si, apesar das diversas transformações às quais o indivíduo e a coletividade são submetidos.

Diante disso, evidencia-se que a memória é fonte essencial para a identidade, tanto pessoal quanto grupal. Para além de apenas um espelho do que foi, ela se apresenta como um lugar de divergências, onde os grupos disputam significados, legitimam suas posições e constroem suas narrativas. De modo que, a interação complexa entre as dimensões individual e coletiva, a maleabilidade frente ao tempo e a intencionalidade de seu uso demonstram que a memória é um fenômeno com múltiplas dimensões, sendo, dessa forma, indispensável para o sentimento de

pertencimento e para a própria percepção de quem se é, em constante redefinição diante das transformações.

### 3.3 A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: ALGUNS CONTRAPONTOS

Como observa-se, a complexa relação entre história e memória, embora intrínseca, revela uma série de contrapontos, que se, por um lado, a memória se manifesta como um fenômeno vivo, dinâmico e subjetivo, enraizado nas experiências individuais e coletivas, por outro, a história se estabelece como uma disciplina que busca a objetividade e a reconstrução crítica do passado. Nesta seção, serão percorridas as tensões e as diferenças fundamentais entre esses dois conceitos, conforme abordados por autores como Pierre Nora e Paul Ricoeur, a fim de compreender como suas naturezas distintas se complementam e se chocam na construção das narrativas sobre o passado.

Para Pierre Nora (1993, p.2), nos dias de hoje enfrenta-se o fim da história-memória, pois, para ele, “[...]. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais [...].” Segundo este autor, a frequente discussão sobre a memória ocorre justamente por sua fragilidade ou possível desaparecimento; de tal forma, que a existência de lugares de memória se justifica pela ausência de mecanismos tradicionais de preservação da memória. Ele argumenta que estamos presenciando o declínio das sociedades-memória, nas quais, instituições como a igreja, a escola, a família e o Estado, antes garantiam a conservação e transmissão de valores.

Existe, também, o fim das ideologias-memória, que proporcionavam uma ligação consistente entre o passado e o futuro, orientando o que deveria ser lembrado para a construção do futuro, seja através da reação, do progresso ou da revolução; e além disso, a própria maneira como se percebe a história se transformou significativamente com a influência da mídia, expandindo-se de uma memória ligada à herança pessoal para a experiência superficial e passageira do presente (Nora, 1993). Para este autor:

[...] Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. [...] (Nora, 1993, p. 2).

Conforme explica Nora (1993), a memória, inerente aos grupos vivos, é ativa e está sempre se adaptando através da interação entre o que se lembra e o que se esquece, de forma que ela não percebe suas próprias transformações e pode ser facilmente influenciada, que caracterizada por sua vivacidade no presente, a memória é emotiva e se contenta com recordações gerais, sejam elas pessoais ou

coletivas, sujeitas a diversas interpretações e expectativas. Desse modo, a memória eleva as lembranças a um patamar quase sagrado, ao contrário da história, que as torna objetivas. A memória une um grupo, existindo em múltiplas formas, coletivas e individuais. Absoluta em sua natureza, a memória contrasta com a relatividade da história (Nora, 1993).

A história, segundo Nora (1993), configura-se como um esforço contínuo, porém sempre limitado e inacabado para trazer de volta o que já se foi, ou seja, ela é essencialmente uma representação do passado. Ele ressalta que, por ser um processo intelectual e objetivo, a história exige análise e uma perspectiva crítica, inclusive, diferentemente da memória, a história não está ligada a um grupo específico, ela aspira a uma compreensão universal, em que o seu foco reside nas sequências temporais, nas transformações e nas conexões entre os eventos. Assim, o autor comprehende que “Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. [...]” (Nora, 1993, p. 3).

Nesse sentido, a história evoluiu para uma ciência social, enquanto a memória se restringiu à esfera individual, e assim sendo, os lugares de memória surgem como vestígios, pontos onde a necessidade de lembrar persists em meio a uma história que, de certa forma, os negligencia. É relevante destacar que esses lugares de memória se originam e se mantêm pela percepção de que a lembrança não é automática, e que é preciso construir registros, visto que, se as memórias que eles contêm fossem vivas em nós, eles seriam desnecessários (Nora, 1993).

Por outro lado, Nora (1993) ressalta que se a história não os moldasse e fixasse, eles não se tornariam lugares de memória, pois a sua essência reside nesse movimento de serem extraídos do fluxo histórico e, ao mesmo tempo, a ele retornarem. Tal que, a própria ideia de memória como é entendida hoje já não é memória pura, mas sim história, e a busca pela memória reflete, portanto, uma necessidade imposta pela própria história, como destaca suas palavras:

[...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, [...] Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. [...]” (Nora, 1993, p. 6-7).

Em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, Paul Ricoeur (2007) levanta uma questão importante sobre a relação entre história e memória e os registros escritos: “A história: remédio ou veneno?” (p.151). Sobre esse aspecto, Ricoeur (2007) aponta que a própria escrita, entendida como um *lugar de memória* (Ricoeur não menciona esta expressão, mas torna-se relevante aqui por ser discutida por Pierre Nora) introduziu uma potencial separação inicial entre história e memória, e isso

acontece porque a escrita permite registrar a experiência humana em objetos ou instrumentos externos ao corpo, distanciando-a da vivência imediata.

Essa distinção se aprofunda ao longo do desenvolvimento do conhecimento histórico, começando pela forma como o testemunho é tratado na pesquisa documental (Ricoeur, 2007), que para este autor, o testemunho, de certa forma, é uma extensão da memória que só existe quando a narração de um evento se torna pública. Todavia, ressalta-se que o testemunho também representa uma fragilidade na construção da prova documental, já que diferentes relatos podem se contradizer tanto nos fatos quanto na credibilidade das testemunhas; especialmente, porque a busca da verdade reside na confrontação desses testemunhos (Ricoeur, 2003).

Ricoeur (2007) diz que a escrita da história se mostra bastante problemática, porque ignora seu público, e a mensagem é destinada a qualquer receptor, de modo que a leitura implica um confronto entre a ideia escrita e a compreensão do leitor, e dessa forma, o passado somente fica acessível como discurso com intenção de significar, em contraste com a memória viva, que se inscreve na alma ao transmitir saber.

Nesta lógica, ambas são escrituras, mas a verdadeira inscrição, segundo Ricoeur (2007), reside na alma, ainda que a experiência do indivíduo seja temporalmente intransferível, é possível tentar compreender os registros de significados. Para ele, a escrita é paradoxal, porque pode, por um lado, induzir ao esquecimento, e por outro, proteger e preservar a memória. Nesse sentido, Ricoeur convida a refletir criticamente sobre o papel da história:

[...] de um lado, uma memória instruída, iluminada pela historiografia, de outro, uma história erudita habilitada a reavivar a memória em declínio e assim, [...] 'reatualizar', de 're-efetuar' o passado. Mas não está esse desejo condenado a permanecer insatisfeito? Para que se realizasse, seria preciso exorcizar a suspeita de que a história continua a ser um dano para a memória, como *pharmakon* do mito, do qual não se sabe afinal se é remédio ou veneno, ou ambos (Ricoeur, 2007, p.154).

A origem da história e da escrita são por vezes interligadas, todavia, a história está sempre desenvolvendo novas maneiras de registrar o passado, e é nesse momento que a historiografia, em seu sentido mais amplo, pode orientar a memória, de modo que a experiência compartilhada da narrativa une a escrita e a leitura, considerando, principalmente, que o historiador deve tornar o texto compreensível e os eventos narrados visíveis, pois ao tentar objetivar o passado, pode acabar destruindo a vivacidade e a complexidade das lembranças pessoais, reduzindo-as a meros dados (Ricoeur, 2003).

Ricoeur (2003) entende que as lembranças se exercem em narrativas, e as narrativas sempre selecionam o que apresentar, sendo que não é possível lembrar de tudo, muito menos narrar cada

detalhe, porque a ideia de uma narrativa que conta tudo é completamente absurda, e isso tem grandes implicações em como o passado histórico é recuperado. Por conseguinte, a manipulação da memória para fins ideológicos e outras formas de controle se tornaram possíveis justamente porque pode-se variar a forma como as narrativas são organizadas; e algumas táticas de esquecimento, como a evitação, a esquiva e a fuga, inserem-se diretamente nesse processo de configuração narrativa.

Nesse contexto, falar de esquecimento, e do lugar que ele ocupa no campo que integra memória e história, o chamado dever de memória ou obrigação de não esquecer, é também, segundo Ricoeur (2003), relacioná-lo à noção de rastro, que se manifesta de diversas maneiras, como, por exemplo, sob as marcas na mente, sentimentos guardados, registros em papel de arquivos, etc.

Em função disso, a ideia de apagamento e destruição é primordial tanto para o rastro quanto para o esquecimento, pois o rastro depende do apagamento da totalidade do passado para se destacar como um vestígio, e o esquecimento é o próprio apagamento da memória, seja ele natural ou imposto. No entanto, o apagamento inevitável não explica completamente o fenômeno do esquecimento, que também possui um aspecto ativo ligado à rememoração e à busca por memórias que, apesar de se mostrarem inacessíveis e originarem-se de conflitos inconscientes, não desapareceram totalmente (Ricoeur, 2003).

Para Pollak (1989), as memórias individuais e coletivas possuem lacunas e silêncios com fronteiras claras entre o que é efetivamente esquecido e o que deve ser reprimido. A segmentação entre o dizível e o indizível separa memórias subterrâneas de uma memória oficial imposta. Nesse sentido, o presente, de certa forma, molda a percepção do passado, influenciando quais lembranças podem e/ou devem emergir. Em suas palavras, este autor ressalta:

[...] o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emerja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples montagem ideológica, por definição precária e frágil (Pollak, 1989, p.7).

Desse modo o enquadramento da memória, segundo Pollak (1989, p.9), manifesta-se em narrativas, objetivos e permanências, que de certa forma é importante para as sociedades e suas instituições, influenciando os consensos e os conflitos, principalmente considerando o fato de “[...] nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento [...]”. Ou seja, mesmo que grupos desapareçam, sua memória pode persistir como mito, e influenciar o futuro, mas o silêncio sobre o passado pode ser, também, uma estratégia de comunicação quando a compreensão se

torna impossível, e nesse sentido, não se trata, necessariamente, de esquecimento, e sim de gestão da memória.

Para Pollak (1989), os lugares de memória são relevantes, principalmente para a memória de um grupo, em que existem lugares importantes, como os locais de celebrações, os monumentos, etc.; lugares esses, ainda que distantes no tempo e no espaço, mas que podem ser muito significativos tanto para o indivíduo quanto para a coletividade, seja estando inserido ao grupo ou apenas por ouvir falar, na relação de pertencimento.

Como visto, a memória escolhe o que guardar, pois nem tudo fica registrado; e uma parte do que se tem enquanto memória vem de outras pessoas, e não só daquilo que se vive. Além disso, a memória muda dependendo do momento em que se lembra ou narra algo, isso também acontece com a memória de um grupo, mesmo que ela seja mais organizada. Haja vista que essa organização da memória é estruturada de acordo com o que é importante no presente, mostrando que a memória é construída de forma consciente ou inconsciente. Em outros termos, o que se guarda, se esquece ou se lembra, é resultado de um trabalho de organização da mente. Contudo, essa mesma construção se torna um risco quando uma narrativa oficial se sobrepõe, pondo em perigo a autenticidade das memórias e a integridade da história real.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A busca realizada nas dissertações do ProfEPT e o arcabouço teórico trazido por elas com relação aos conceitos abordados possibilitou mostrar a intrincada conexão entre História e Memória. Longe de serem conceitos lineares, a pesquisa reafirma que ambos são construções dinâmicas, permeadas por tensões e complementaridades, essenciais para a compreensão desses próprios conceitos e de como se relacionam com a identidade individual e coletiva.

O estudo evidenciou que a História, na visão de autores como Le Goff (1990) e Bloch (2002), transcende a mera cronologia de fatos passados. Ela é uma disciplina social, um campo de investigação rigorosa que busca não apenas registrar, mas interpretar e compreender as transformações humanas ao longo do tempo. Ela é a ciência que se debruça sobre a dialética entre passado e presente, reconhecendo a subjetividade do historiador e a natureza monumental das fontes, como apontado por Le Goff.

Além disso, Hobsbawm (1998) reforça essa dimensão humana da história, sublinhando que ela é inerente à nossa consciência e identidade, um processo contínuo de interação e narrativa. Nesse sentido, Veyne (1982), ao caracterizar a história como um relato que seleciona e sintetiza, e Ricoeur (2007), ao questionar sua ambivalência de remédio ou veneno, solidificam a compreensão de que a escrita histórica é um ato de construção, e não de simples reprodução.

Paralelamente, a memória emerge não como um depósito passivo de lembranças, mas como um fenômeno ativo e heterogêneo. Ricoeur (2003) a descreve como um pequeno milagre que nos conecta ao que já não existe, enquanto Tomás de Aquino (2016) a situa como uma faculdade da alma capaz de apreender o tempo através de imagens; e a distinção de Bergson (2010) entre memória espontânea e voluntária realça sua dualidade: de um lado, um registro intrínseco de vivências; de outro, uma ferramenta orientada para a ação presente e futura.

No entanto, nota-se que é com Halbwachs (2003) que a memória ganha sua dimensão mais contundente, a de um fenômeno intrinsecamente social e coletiva, pois suas ideias sobre os quadros sociais da memória são bastante relevantes para entender como nossas lembranças individuais são moldadas e ressignificadas dentro dos grupos aos quais pertencemos.

Como também para Candau (2023), que ao explorar as noções de memória fraca e memória forte, e em Pollak (1992), ao enfatizar o enquadramento da memória em narrativas e objetos, aprofundam essa compreensão, e mostram que a memória não é apenas um elo com o passado, mas um campo de batalha simbólico, onde diferentes grupos disputam significados, legitimam suas posições e, fundamentalmente, constroem e mantêm sua identidade.

A aparente dicotomia entre história e memória, tão incisivamente explorada por Pierre Nora (1993), que chega a afirmar *que tudo opõe uma à outra*, reside na sua própria natureza. Pois para Nora, os lugares de memória surgem precisamente porque a memória espontânea e viva está em declínio, exigindo registros e criação de monumentos. Contudo, essa tensão não invalida a interdependência entre elas.

Já Paul Ricoeur (2007), em sua obra inspiradora, instiga-nos a ir além da mera oposição, apontando que a história erudita pode reavivar a memória em declínio, e que a escrita, paradoxalmente, tanto induz ao esquecimento quanto protege e preserva. Pois, a problemática da confiabilidade do testemunho, a manipulação das narrativas e a existência de silêncios na memória (individuais e coletivos) são desafios constantes.

Destaca-se, desse modo, que o cerne desta discussão reside nos contrapontos entre história e memória, pois a memória é vibrante, afetiva, seletiva e intrinsecamente ligada a grupos específicos. Seja ela pessoal ou de um grupo, é um espaço dinâmico onde o que é lembrado, esquecido ou silenciado é fruto de uma organização ativa, que sofre a influência do presente e está, sobretudo, vulnerável a manipulações. E a história, por sua vez, busca a representação objetiva do passado por meio da análise crítica e da contextualização temporal. Nota-se, desse modo, a constante tensão entre a vivacidade subjetiva da memória e a busca objetiva da história, porque ambas são formas de se relacionar com o

passado, mas operam com lógicas e propósitos distintos, e captar essa dialética é importante para apreender e analisar, de forma mais completa e profunda, o passado, o presente e o futuro.

Desta maneira, resta demonstrado que memória e história são moldadas ativamente, e não apenas registradas, sendo sempre diretamente influenciadas por intenções e conflitos. Como também, a escrita, os testemunhos e as narrativas são instrumentos fortes, porém, ambíguos, capazes tanto de manter viva a lembrança quanto de deturpar o que realmente aconteceu. Por isso, é de suma importância manter um olhar crítico sobre as versões reconhecidas e oficializadas do passado.

## 5 CONCLUSÃO

Assim sendo, conclui-se que história e a memória não são meros espelhos do passado, mas construções ativas, influenciadas por intenções e conflitos do presente. Elas são maleáveis, vulneráveis a manipulações, constantemente, redefinidas. Nesse sentido, o dever de memória emerge, então, como um imperativo ético, uma obrigação de não deixar o passado cair no esquecimento, mas sempre sob um olhar crítico sobre as versões oficiais e as narrativas hegemônicas. Desse modo, compreender essa dinâmica é fundamental para as futuras investigações sobre a história e a memória, especialmente no contexto dos Institutos Federais e da Educação Profissional e Tecnológica, o que pode permitir uma análise mais rica e contextualizada das experiências e transformações dessas instituições.

Percebe-se que, o que de fato existe é um complexo entrelaçamento das relações entre história e memória, que, embora interligadas de forma indissociável, são conceitos com identidades e funções próprias; e a imersão nas obras de autores clássicos e contemporâneos não apenas aprofundou a compreensão sobre essa relação essencial, mas também revelou suas implicações para os estudos históricos e sociais.

Em suma, o estudo revela a evolução da história de um mero registro de testemunhos para uma disciplina investigativa que busca objetividade por meio da análise crítica de fontes, cuja própria definição se expandiu. E, por conseguinte, reconhece-se que a ideia de um fato histórico imutável foi relativizada, e hoje a história reconstrói o passado de forma lógica e ciente da influência do presente. Em contrapartida, a memória é a aptidão humana de reter e reviver as experiências passadas, manifestando-se em formas variadas, dentre elas, como recordações espontâneas a coletivas.

Diante do exposto, espera-se que este estudo consista em estímulo e base para futuras investigações, abrindo caminhos para que pesquisadores explorem as várias particularidades e/ou distinções dessa relação em contextos específicos. Sendo importante que se investiguem o impacto das novas tecnologias na formação e preservação da memória, ou aprofundem-se nas dinâmicas de poder que moldam as narrativas históricas e as memórias coletivas. Que este trabalho inspire novas perguntas

e contribua para a construção de um conhecimento cada vez mais crítico e abrangente sobre a experiência humana na história.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Santo Tomás de. Comentário sobre “A memória e a reminiscência” de Aristóteles. Tradução, edição e notas: Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. São Paulo: EDIPRO, 2016.

BERGSON, Henri. Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. 2002. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/bloch-m-apologia-da-histc3b3ria.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1. ed., 9. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2023.

GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBSBAWN, Eric J. Sobre história. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod\\_resource/content/1/LE\\_GOFF\\_HistoriaEMemoria.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf). Acesso em: 28 maio 2024.

LOMBARDI, José Claudinei. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, J. Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel M. (Orgs.). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004, p.141-159. (Coleção Memória da Educação).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 21 ago. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/download/2278/1417/3757>. Acesso em: 19 jul. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. 1992. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/memoria-e-patrimonio-cultural/texto-de-michael-pollak-memoria-e-identidade-social/view>. Acesso em: 2 ago. 2024.

PROFEPT. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Área de Concentração. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/areadeconcentracao?start=1>. Acesso em: 13 maio 2025.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. 2003. Disponível em:  
<https://pt.scribd.com/doc/235500376/Paul-Ricoeur-Memoria-Historia-Esquecimento>. Acesso em: 2 abr. 2025.

VEYNE, Paul M. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.